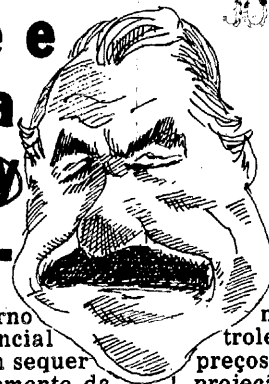


Austeridade e eficiência: é a ordem de Sarney aos ministros.



Austeridade e, principalmente, eficiência. É isto que o presidente José Sarney exigirá de seus ministros, a partir das 9 horas da manhã de hoje, quando todos estarão reunidos em Brasília, para fazer um balanço deste ano e discutir prioridades para o próximo. Está prevista inclusive uma cobrança explícita: cada um terá de mostrar de que maneira o seu setor está contribuindo para tornar concretos os objetivos do Plano de Metas e do IV PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). A avaliação desse trabalho poderá servir de parâmetro para uma possível reforma ministerial; de acordo com um assessor do presidente "os ministros mais ineficientes são candidatos naturais a deixar o governo".

Sarney quer ainda que todos os ministros procurem identificar os pontos de estrangulamento aos seus principais projetos, para garantir — com as respectivas soluções — o engajamento de todos os setores na proposta maior de seu governo, que é a retomada do crescimento econômico. Para o presidente, o setor público deve estar apto a elevar ao máximo o nível de oferta de bens e serviços.

Abandonada a ilusão da "inflação zero" — que morreu com o Cruzado II —, o presidente Sarney buscará definir a taxa inflacionária como hipótese de trabalho em

1987. Até aqui o governo não fixava um referencial para a inflação, nem sequer na previsão do orçamento da União e das estatais para 87.

Informantes autorizados disseram que, a respeito do orçamento geral da União, enviado pelo Executivo ao Congresso em agosto no auge da euforia do Plano Cruzado e da pregação da durabilidade da inflação zero e do congelamento, não há alternativa exceto ir ajustando seus números à realidade da receita que for sendo arrecadada. Isso será feito por meio de pedidos ao Congresso para utilização dos chamados "excessos de arrecadação", sendo provável que o Legislativo receba a primeira dessas solicitações já no início do segundo trimestre do próximo ano.

Inflação Corretiva

Com a mudança do quadro econômico, caracterizada pela inevitável necessidade do realinhamento dos preços defasados de mais de uma centena de produtos, o governo abdicou do congelamento e da inflação zero e passou a assumir uma inflação corretiva, cujo dimensionamento é precisamente a preocupação atual dos administradores da área econômica.

Muitos técnicos que trabalham

no governo na área de controle e acompanhamento de preços consideram 60% uma projeção otimista para a inflação no próximo ano, o que corresponde a uma taxa média mensal de 4,5%. Porém, existe no governo a disposição de não assumir oficialmente uma taxa inflacionária, sob o argumento de que a pregação oficial estimularia ainda mais a especulação. De qualquer forma, haverá a definição de parâmetros envolvendo não apenas a variação dos preços, mas também do câmbio, para que as estatais possam balizar seus investimentos.

Ontem, o presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, garantiu que até agora não recebeu qualquer nova orientação da Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) sobre os referenciais a serem utilizados na elaboração do orçamento da empresa, que, como consequência, ainda não pode ser apreciado pelo Conselho de Administração.

Até o momento vigora, portanto, a recomendação da inflação zero, ou base zero, pela qual a empresa terá de projetar suas receitas e despesas nos mesmos valores efetivamente realizados este ano, embora já tenha sido oficialmente contabilizada uma variação de preços de mais de 10% no período de março a novembro.

JORNAL DA TARDE

13 DEZ 1986